

✓
Centro Social Urbano de St. Catarina

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROJETO COMANDOS SOCIAIS

**Pressupostos
e
Diretrizes
Gerais**



O Projeto Comandos Sociais, cujos pressupostos e diretrizes gerais constam deste documento, é um mecanismo destinado a operacionalizar algumas metas qualitativas do Plano de Ação de Governo no campo social.

Os "CS" têm sua concepção firmada em alguns conceitos modernos e propõem estratégias alternativas para fazer órgãos governamentais e instituições comunitárias agirem coordenadamente e de forma mais fácil, de maneira a estarem mais presentes onde os problemas mais graves existem.

De outro lado, ainda de acordo com o Plano de Ação de Governo, é um trabalho que se pretende aberto a todos os catarinenses de boa vontade, especialmente os estudantes universitários.

Suas possibilidades de êxito estão ligadas a algumas mudanças de atitude da parte dos dirigentes da Administração Pública, à disposição de participar dos estudantes universitários e à vontade de fazer de todos.

Por fim, cabe ressaltar que as soluções serão encontradas, com o apoio do Projeto, pelas próprias comunidades.

Palácio Cruz e Sousa, janeiro de 1980

JORGE KONDER BORNHAUSEN
Governador



PROJETO : COMANDOS SOCIAIS

I - INTRODUÇÃO

Os problemas de natureza social, especialmente nos aglomerados urbanos de maior porte, têm se agravado nos últimos tempos.

A gama de tais problemas é variada e até mesmo um exame superficial indica causas múltiplas e interligadas para cada efeito conhecido.

De outro lado, os esforços realizados até aqui têm sido consideráveis embora insuficientes. Assim, há que se verificar com a mais acurada atenção a realidade sócio-econômica, para saber o que precisa ser feito, como fazê-lo e o que está imperfeito no muito que se tem feito sem resultados satisfatórios.

Uma análise da realidade brasileira e catarinense apresenta, de plano, algumas situações antigas que clamam por soluções novas e certas deficiências estruturais e estratégias nas ações do poder público que exigem reflexão, decisão e ação urgente.

As situações, de uma maneira global, são conhecidas e situam-se no plano da saúde, saneamento básico, higiene, alimentação, educação, emprego, segurança, habitação, desenvolvimento urbano, lazer etc.

Esse conhecimento apriorístico, contudo, nem sempre é completo e detalhado ao nível local, de sorte a permitir a operacionalização de projetos capazes de encontrar soluções objetivas a esse mesmo nível.



Dessa forma, a lista acima deve ser encarada como exemplificativa e a sua ordem aleatória.

Entre as deficiências estruturais podem ser alinhadas : o hermetismo dos órgãos públicos, a dimensão da máquina burocrática, lenta por natureza, e a fragilidade de instituições não-governamentais que se propõem a atuar no campo social.

Quanto às deficiências estratégicas, as mais comuns são as seguintes :

- a) falta de coordenação das ações dos órgãos e serviços governamentais e comunitários na área social;
- b) pouca ou nenhuma participação comunitária na execução de projetos;
- c) pouca ou nenhuma utilização do potencial da juventude universitária;
- d) falta de permanência, no tempo e no espaço, de determinados projetos específicos;
- e) lentidão do processo no âmbito da administração pública;
- f) falta de fixação de prioridades.

A superação das deficiências estruturais, a curto prazo, exige uma maior abertura de parte dos órgãos e autoridades governamentais; a dimensão da máquina burocrática, e sua conseqüente lentidão, torna-se necessário opor a agilidade de um projeto específico.

As deficiências estratégicas podem ser superadas por uma mudança de atitude de autoridades, técnicos e especialistas.



II - PRESSUPOSTOS

1) O diagnóstico da realidade sócio-econômica das regiões periféricas não tem sido atento às peculiaridades e singularidades locais.

2) A oferta global de ações e serviços na área social é tarefa confiada a n entidades diferenciadas e cuja ação vem se processando com graus variados de coordenação, sem, contudo, atingir um ponto de envolvimento geral coordenado.

3) A delimitação, no espaço, das comunidades, o conhecimento de suas aspirações e o estímulo ao seu envolvimento nas ações a serem deflagradas é indispensável.

4) Os estudantes universitários, em número superior a 25 mil no Estado, a sua consciência crítica em relação aos problemas sociais e a sua relativa disponibilidade de tempo podem e devem ser mobilizados em projeto específico.

5) Os projetos serão viáveis na medida em que se delimita a área de atuação e se assegure permanência no tempo.

6) A lentidão da máquina administrativa pode ser superada por um projeto que, embora global, não tenha pretensões exageradas e possa atuar com agilidade e presteza.

7) As prioridades devem ser fixadas de acordo com as aspirações e necessidades de cada comunidade.



III - A OPERAÇÃO

Objetivo Geral

O Projeto COMANDOS SOCIAIS terá por objetivo geral a concentração de esforços governamentais e comunitários na solução dos problemas sociais nas áreas periféricas dos centros urbanos catarinenses.

Essa delimitação espacial, fixada de imediato, tem em vista uma maior objetividade operacional.

A população a ser atingida é a denominada carente e que conhecidamente vive nessas áreas.

Objetivos Específicos

- Coordenar os esforços de órgãos públicos e entidades comunitárias.
- Conhecer a realidade local de cada comunidade.
- Atuar de acordo com esse conhecimento.
- Mobilizar os estudantes universitários para atuar na área social.
- Suprir as carências identificadas.
- Estimular a comunidade a participar e encontrar suas próprias soluções.
- Assegurar permanência no tempo da ação dos diversos órgãos da área social.



Mecanismos e Normas de Operação.

A execução de um projeto dessa natureza e com esses objetivos exige, acima de tudo, uma mudança de atitude no âmbito interno da administração pública estadual e uma grande permeabilidade de parte dos órgãos e serviços da União, dos Municípios e comunitários.

Assim, a primeira colocação diz respeito à origem do projeto, de modo a assegurar-lhe substância política. Daí a importância de sua concepção pelo próprio Governador do Estado e de ter sido sua a iniciativa da realização dos estudos preliminares e da proposta aos titulares dos órgãos do primeiro escalão.

A segunda colocação é o fato de ser necessário o envolvimento dos órgãos da área social, através do mecanismo institucional apropriado, no caso o Conselho Estadual de Desenvolvimento Social.

Afora esses aspectos de natureza política e institucional, o projeto precisa vencer com suas próprias forças as barreiras da burocracia e do hermetismo dos órgãos públicos e, em seguida, superar a apatia da comunidade, fazendo-a participante do esforço que deve ser de todos.

Assim, aprovado o projeto pelo CEDS, deverá ser executado em suas diversas fases por uma COORDENAÇÃO CENTRAL que se constitua em mecanismo ágil e dinâmico, superpondo-se, inclusive, à própria estrutura administrativa formal.

Essa COORDENAÇÃO CENTRAL deverá ser integrada por representantes dos seguintes órgãos e entidades :

- . Secretaria do Bem-Estar Social
- . Secretaria da Saúde
- . Secretaria da Educação
- . Secretaria do Trabalho e Integração Política
- . Secretaria de Segurança e Informações



- . Secretaria da Administração
 - . Secretaria da Comunicação Social
 - . Secretaria da Agricultura e Abastecimento
 - . Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
 - . Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral
 - . Departamento Autônomo de Saúde Pública
 - . Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor
 - . Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade
 - . Fundação Hospitalar de Santa Catarina
 - . Fundação Catarinense de Educação Especial
 - . Fundação Catarinense do Trabalho
 - . Associação de Crédito e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina
 - . Outros órgãos da administração direta e indireta
-
- . Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
 - . Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
 - . Associação Catarinense das Fundações Educacionais-ACAFE
-
- . Exército Nacional (Operação ACISO)
 - . Projeto RONDON
 - . Legião Brasileira de Assistência
 - . Fundação Mobral (PRODAC)
 - . Campanha Nacional de Alimentação Escolar
 - . Central de Medicamentos - CEME
 - . Outros órgãos federais
-
- . Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social de Santa Catarina - LADESC
 - . Clubes de serviço
 - . Outras entidades assistenciais e comunitárias.

Como se verifica, essa COORDENAÇÃO CENTRAL conta com um número relativamente elevado de integrantes, o que a fará incapaz de superar algumas das deficiências estruturais e estratégicas já apontadas.

Projeto de Leis (st)
Depois



De outro lado, a proposta de mobilização geral impõe a participação de todos os órgãos da administração pública que de uma forma ou de outra possam contribuir.

Assim sendo, é importante manter a COORDENAÇÃO CENTRAL, ainda que reduzindo o número de seus membros aos representantes das Secretarias de Estado e dos órgãos federais, atribuindo-lhe caráter consultivo, na fase de planejamento, e de suporte às ações de uma COORDENAÇÃO EXECUTIVA.

Todos os órgãos da administração apoiarão o projeto. A omissão dos nomes deve-se à metodologia adotada, que se limita a listar aqueles da área social e o GAPLAN, pelas suas atribuições de planejamento e coordenação geral.

À COORDENAÇÃO EXECUTIVA caberá a execução expedita das tarefas exigidas pelo projeto.

A COORDENAÇÃO EXECUTIVA do projeto deverá funcionar junto a órgão da administração estadual que, pela sua natureza e finalidade, possa assegurar-lhe todo o apoio operacional.

No caso, considerada a estrutura básica da administração estadual, o órgão apropriado é a FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE (FUCADESC).

De outro lado, de modo a queimar etapas e evitar que a lentidão da administração prejudique o projeto, essa COORDENAÇÃO EXECUTIVA (FUCADESC) contará com recursos financeiros próprios sempre que se torne necessário suprir as deficiências dos órgãos específicos.

No nível de execução direta serão utilizados grupos de estudantes universitários, sob a denominação de COMANDOS SOCIAIS, que se responsabilizarão pelo levantamento geral da situação de cada comunidade e servirão como elementos indutores da satisfação das necessidades e aspirações das mesmas.

Finalmente, os COMANDOS SOCIAIS estimularão a criação e operação de CONSELHOS COMUNITÁRIOS, em cada comunidade, de acordo com o Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação de Conselhos Comunitários.



Níveis de Responsabilidade

Coordenação Central

A Coordenação Central tem como responsabilidade apoiar política e administrativamente a Coordenação Executiva em todas as fases do projeto.

Os seus integrantes devem ser os elementos de ligação entre o projeto e seus respectivos órgãos.

Dessa maneira, a sua escolha deve recair sobre pessoas que preencham determinados requisitos : dinamismo, autoridade no órgão, sensibilidade para a ação comunitária, espírito de equipe e disponibilidade de tempo para cumprir suas tarefas junto aos COMANDOS SOCIAIS.

Coordenação Executiva

Cabe à Coordenação Executiva, de acordo com a sua própria designação, operacionalizar o projeto como um todo e cada uma das suas atividades específicas.

A escolha do Coordenador Executivo do projeto será diretamente relacionada com as suas possibilidades de êxito. A par de preencher os requisitos inerentes às funções de chefia e liderança, deve ter possibilidade de dedicação plena, autoridade para contatar com qualquer dirigente de órgão público, a qualquer momento, e extrema capacidade de diálogo com as comunidades e com os estudantes.



Comandos Sociais

Os Comandos Sociais são grupos de estudantes universitários, em número variável, que atuarão em todas as fases do projeto e especialmente nas tarefas de diagnóstico (levantamento das carências) e execução (satisfação das necessidades).

Serão convocados todos os estudantes que queiram participar de acordo com a filosofia do Plano de Ação de Governo ora em execução.

Esses estudantes serão treinados e receberão bolsa de trabalho de acordo com o tempo que puderem dispensar ao projeto, sem prejuízo de suas atividades escolares.

Poderão, ainda, ser considerados estagiários, de acordo com a legislação em vigor.

Na primeira fase de atuação junto às comunidades deverão buscar o conhecimento da realidade local, fazendo as seguintes perguntas aos membros dessa mesma comunidade :

a) quais, na sua opinião, os principais problemas da comunidade ?

b) quem é o responsável, na sua opinião, pela solução desses problemas ?

c) de que maneira as pessoas de sua comunidade poderiam participar na solução dos problemas ?

d) que recursos seriam necessários para que os moradores pudessem buscar suas próprias soluções ?

e) quem poderia colaborar com os membros da comunidade para a solução de tais problemas ?

Em seguida, verificarão se há entidades ou órgãos públicos atuando na área e acrescentar suas próprias observações sobre essa mesma realidade.



Essas informações serão analisadas pela COMISSÃO EXECUTIVA, que procurará : a) fixar as prioridades e b) buscar os meios para a solução, sempre com a participação da comunidade e dos estudantes.

Fixadas as prioridades e encontrados os meios, os COMANDOS SOCIAIS, acompanhados do pessoal necessário, voltarão à comunidade para encaminhar as melhores soluções.

Conselhos Comunitários

Nessa atuação junto às comunidades, os COMANDOS SOCIAIS procurarão organiza-las, formando CONSELHOS COMUNITÁRIOS, de acordo com a orientação da FUCADESC.

Através desses CONSELHOS COMUNITÁRIOS procurarão viabilizar algumas soluções com os recursos da própria comunidade.

De outro lado os "CC" serão um vínculo permanente entre o PROJETO "CS", os órgãos da área social e funcionarão como um canal de comunicação entre povo e governo.

A existência dos Conselhos Comunitários é de vital importância para a permanência no tempo das ações do projeto.

PROJETO : COMANDOS SOCIAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

QUADRO :

MATRIZ INTERAÇÃO ESTRUTURAL (EXEMPLO)

CARACTERIZAÇÃO DA META : ALIMENTAÇÃO (HIPÓTESE)

NÍVEIS DE RESPONSABILIDADE FASES	COORDENAÇÃO DA EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	SUPORTE	PARTICIPAÇÃO
Estudos Preliminares	Coordenação Central	Coordenação Executiva	FUCADESC	- CNAE - PRONAN - ACARESC
Planejamento	Coordenação Executiva	Coordenação Executiva	Coordenação Central FUCADESC	- CNAE - PRONAN - ACARESC
Execução	Coordenação Executiva	Comandos Sociais	Coordenação Central	- Conselhos Co - munitários
Controle e Avaliação	Coordenação Central	Coordenação Executiva	Comandos Sociais	- GAPLAN